

PSD e CDS são responsáveis pelo encerramento de postos de CTT nos Açores

O Bloco de Esquerda responsabiliza o PSD e o CDS pelo encerramento de postos dos CTT nos Açores, não só porque privatizaram a empresa quando estavam no Governo da República, em 2014, mas também porque o atual Governo Regional decidiu não renovar os protocolos da RIAC com a empresa de correios.

Hoje, no debate de uma proposta do Chega no parlamento dos Açores que critica o encerramento de postos de CTT nos Açores, Alexandra Manes lembrou que, perante a possibilidade de reverter a privatização dos CTT – através de uma proposta do Bloco na Assembleia da República – o Chega votou contra.

“Mas não foi só o Chega. O PSD, o CDS, a IL e o PS votaram contra a iniciativa do Bloco para resgatar os CTT para a esfera pública”, acrescentou a deputada, salientando que estes partidos contribuíram para a “deterioração de um serviço, enquanto a administração da empresa CTT faz contas à distribuição de milhares de dividendos, acima dos lucros da empresa, pelos seus acionistas”.

O encerramento de estações de correios, a demora na entrega de encomendas, os preços elevados e o desrespeito pelos direitos laborais são os efeitos perversos da privatização da empresa concretizada pelo PSD e pelo CDS, disse a deputada Alexandra Manes.

A deputada do Bloco acusou o PSD e o CDS de terem acabado “com um dos primeiros serviços públicos criados pelo Estado que assegurava a coesão territorial, um serviço que não onerava a carga fiscal e não gerava défice, pelo contrário, chegou a gerar 438 milhões de euros de lucro”.

“É verdade que é necessário acautelar que não se encerrem mais postos de CTT. Mas é também essencial parar urgentemente com a agressão que as sucessivas administrações dos CTT estão a promover contra o povo e o país, e ser o Estado a assumir diretamente a gestão e a propriedade dos CTT em nome da defesa do interesse público, renacionalizando a empresa o mais rápido possível. Quanto mais tarde se tomar a decisão, mais vulnerável ficará o Estado para fazer regressar ao controlo público todos os ativos dos CTT que ainda fazem parte da empresa”, apontou Alexandra Manes.

Horta, 21 de setembro de 2022
